



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS – CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

AVENIDA ONÇA PINTADA, Nº 1308, GALO DA SERRA, CEP 69.735-000, PRESIDENTE FIGUEIREDO.

NOTA TÉCNICA 24.2023 – NCC/DEPAD/CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO -
IFAM

PROCESSO: 23443.000216/2023-66

LICITAÇÃO: Pregão nº 04.2023

OBJETO: Contratação dos serviços de apoio administrativos, para as mão de obras, agente de portaria e recepcionista.

Ao Senhor,

MATEUS LIMA

Departamento de Aquisições, Licitações e Contratos

Manaus (AM), 14 de agosto de 2023

Senhor Pregoeiro,

1. Considerações Gerais

O presente ato licitatório visa à contratação de empresa especializada para proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de forma contínua de agente de portaria e recepcionista, com fornecimento de insumos e materiais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e Termo de Referência, anexo I do Pregão Eletrônico nº 04.2023.

2. Da Análise

A empresa **UNIT BR PRODUÇÕES & CONSULTORIA LTDA ME (CNPJ: 44.226.854/0001-66)** apresentou sua proposta para o posto de agente de portaria no dia

09/08/2023, as 14:18 horas, no valor de R\$ R\$ 77.414,64, para o posto de agente de portaria, com fornecimento de equipamentos e materiais.

Verificou-se que a planilha de custos apresentava o preço-homem mensal no total de R\$ R\$ 3.225,61 (três mil, duzentos e vinte e cinco reais e sessenta e um centavos), valor mensal R\$ R\$ 6.451,22 (seis mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e dois centavos) e valor anual de R\$ 77.414,64 (setenta e sete mil, quatrocentos e quatorze reais e sessenta e quatro centavos).

Ao realizar a análise da composição da planilha de custos, foi verificado algumas divergências na composição dos custos unitário para a propostas, conforme detalharemos a seguir:

No tocante a informação dos custos unitários estipulados pela CCT AM000061/2023, a licitante, os informou corretamente, e fez uso da planilha modelo disponibilizada, NÃO contendo divergências quanto a base de cálculo da metodologia SERGES e nem omissões quanto aos itens de obrigatoriedade presentes na convenção coletiva.

Quanto a composição dos custos unitários dos materiais a licitante apresenta alguns materiais com custo unitário bem abaixo dos valores praticados em mercado, conforme tabelas a seguir:

Tabela 1 - Composição dos uniformes

UNIFORMES - AGENTE DE PORTARIA							
Item	Descrição do Item	Quantidade	medida	Valor unitário	Custo anual	Terpo de duração	Custo Mensal
1	Camisa malha fria emblema da empresa pintado ou bordado	4	und	R\$ 22,00	R\$ 88,00	12	R\$ 7,33
2	Calça jeans de boa qualidade (com a juste)	4	und	R\$ 35,22	R\$ 140,88	12	R\$ 11,74
3	Sapato, botina de couro, com palmilha de montagem com tratamento antifungico, com biqueira de aço, acolchoada inteiramente com espuma, com solado de boracha	2	und	R\$ 42,10	R\$ 84,20	12	R\$ 7,02
4	Meias em algodão tipo soquete	4	par	R\$ 2,80	R\$ 11,20	12	R\$ 0,93
5	Boné	2	und	R\$ 16,05	R\$ 32,10	12	R\$ 2,68
6	Crachá de identificação em plástico rígido, contendo logomarcas da empresa, foto, nome completo e cargo do funcionário	1	und	R\$ 7,16	R\$ 7,16	12	R\$ 0,60

7	Cinto de Couro	2	und	R\$ 15,84	R\$ 31,68	12	R\$ 2,64
					R\$ 395,22		R\$ 32,94

Fonte: proposta da licitante de 09/08/2023

Tabela 2 - composição dos materiais

MATERIAIS - AGENTE DE PORTARIA							
Item	Descrição do Item	Quantidade	medida	Valor unitário	Custo anual	Terpo de duração	Custo Mensal
1	Capa de Chuva	2	und	19,8	39,6	12	R\$ 3,30
2	Livro de Ocorrência	2	und	7,1	14,2	12	R\$ 1,18
3	Protetor Solar	8	und	8,25	66	12	R\$ 5,50
					119,8	36	R\$ 9,98
EQUIPAMENTOS AGENTE DE PORTARIA							
Item	Descrição do Item	Quantidade	medida	Valor unitário	Custo anual	Tempo de Depreciação	Custo Mensal
1	Rádio comunicador walk talk 1 (conjunto)	1	und	R\$ 55,15	R\$ 55,15	24	R\$ 2,30

Fonte: proposta da licitante 09/08/2023

Foi reiterado inúmeras vezes nas notas técnicas destinadas a outras licitantes desse pregão publicadas no site da instituição, que os objetos solicitados, possuem sua quantidade estipulada após o planejamento da contratação, **NÃO SENDO POSSÍVEL A EMPRESAR ALEGAR DESCONHECIMENTO E A RECUSA DA ENTREGA DOS MATERIAIS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO.**

Cujo o fornecimento, conforme item 5.5.2, *in verbis*:

5.5.2 Do orçamento dos uniformes, materiais e equipamentos:

5.5.3 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os materiais e equipamentos, nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços;

5.5.4 Aqueles materiais previstos para entrega no início do contrato, deverão ser substituídos, em caso de necessidade, no decorrer da execução contratual.

Atualmente, já possuímos mais de um contrato com empresas que apresentaram o mesmo tipo de proposta, e possuem dificuldades no cumprimento do objeto, inclusive o próprio contrato de serviço de portaria, o qual essa Administração está adotando como procedimento a rescisão contratual, aplicação de sanção administrativa com a penalidade

máxima (impossibilidade de licitar com a administração pública em geral) e obrigou-se a realizar nova licitação, por meio do pregão 04/2023.

Conforme o artigo 63 da IN05/2017 e o Anexo VII – A e Acórdão do TCU nº 936/2004 – Plenário, a empresa é responsável pelo dimensionamento de sua proposta e deve arcar com o ônus contratual decorrente desses equívocos, no caso da empresa COSTA E CORREA LTDA, conforme respostas de esclarecimentos, foi uma opção, vejamos a legislação *in verbis*:

IN 05/2017

(...)

Art. 63. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Anexo VII – A da IN 05/2017

(...)

7.5. A apresentação das propostas nos termos do subitem 7.4. Acima implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, **assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em qualidade e quantidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição; (grifo nosso)**

Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário

“(...) 52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. **Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente.** Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro. (grifos nossos) (...) Voto do Ministro Relator (...)”

Entretanto, diante da apresentação de custos unitários com indícios de inexequibilidade, a IN 05/2017, em seu anexo VII – A, afirma que a Administração pode fazer uso de diligências para comprovação dos preços ofertados pela licitante, conforme seu item 9.4, *in verbis*:

9. Das Desclassificação das Propostas

9.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo ser adotado, dentre outros, os seguintes procedimentos:

a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

- b) verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho;
 - c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;
 - d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
 - e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
 - f) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
 - g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;**
 - h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;**
 - i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
 - j) estudos setoriais;
 - k) consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e
 - l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.
- 9.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos e formação de preços, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e executabilidade da proposta. (Grifo nosso)**

Sendo assim, diante da apresentação de custos com indícios de inexecutabilidade, este núcleo solicita que ao pregoeiro realizasse diligência quanto ao custos de materiais com valores irrisórios, de acordo com o previstas no anexo VII – A da IN 05/2017 para comprovação dos preços ofertados pela licitante conforme alíneas g e h do item 9.4 da referida IN, que é o **“pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes; e verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente”.**(grifo nosso)

Além da dos materiais muito abaixo das estimativas de mercado, a empresa também apresentou valores irrisórios para “Custos Indiretos” e “Lucro”, no percentual de 0,69% e 0,70%, o equivalente a R\$ 20,04 (vinte reais e quatro centavos) e R\$ 20,48 (vinte reais e quarenta e oito centavos) respectivamente, conforme tabela abaixo:

Tabela 3 - Detalhamento dos Custos Indiretos e Lucro

Agente de Portaria			
Item	base de cálculo	percentual	Valor
Custos indiretos	R\$ 2.906,07	0,69%	R\$ 20,04
Lucro	R\$ 2.926,12	0,70%	R\$ 20,48
Tributos	R\$ 3.225,61	8,65%	R\$ 279,02
PIS	R\$ 3.225,61	0,65%	R\$ 20,97

COFINS	R\$ 3.225,61	3,00%	R\$ 96,77
ISS	R\$ 3.225,61	5,00%	R\$ 161,28

Fonte: proposta da licitante de 09/08/2023

A estimativa de lucro utilizada para cálculo dos valores limite derivam de estudos realizados pela Fundação Instituto de Pesquisas (FIA) e correspondem à 6,79% em cenário máximo e 3,90% no cenário de atenção para o lucro (Orientações SERGES para elaboração da planilha de custos).

Não há vedação legal à atuação, por parte de empresas contratadas pela Administração Pública Federal sem margem de lucro ou com margem de lucro mínima, no entanto, torna-se necessário sanar alguns questionamentos:

- a) A proposta com a margem de lucro apresentada é viável?
- b) Possui outros contratos **que rendem receita suficiente para suportar as despesas administrativas dessa nova contratação?** Apresentar os comprovantes.
- c) Qual política de ganhos da empresa?

Nesse sentido para os itens “lucro” e “custos indiretos” solicita-se que o pregoeiro realize a diligência com base na alínea a do item 9.4 da IN 05/2017, que diz respeito aos “questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade”.

Importante deixar a empresa ciente que os contratos firmados com a Administração Pública tem como principais características a indisponibilidade do interesse público e a supremacia do interesse público sobre o interesse privado (vide art. 54 da Lei 8.666/93), nesse sentido, todos os itens solicitados no edital, nos prazos previstos, **serão rigorosamente fiscalizados quanto ao seu atendimento e disponibilidade pela empresa, não sendo passível de negociações posteriores ou recusa de fornecimento, sob pena de aplicação de sanção administrativa e até mesmo rescisão unilateral.**

Além disso, após 01 ano de contratação, conforme o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) no que tange os custos não renováveis, nos quais abrangem o aviso prévio trabalhado e o aviso prévio indenizado, deverão ser retirados do contrato, o que de certa forma ocasiona uma queda nos valores inicialmente pactuados. Outrossim, diz respeito a

provisão de conta vinculada obrigatoriamente retida por essa unidade em todos os seus contratos.

Outro ponto a ser destacado, diz respeito ao enquadramento tributário da empresa, pois ao realizar a consulta no sistema do Simples Nacional, verificou-se que a empresa é optante desde 01/01/2023, sendo assim cabe este setor informar que **a opção pelo regime simplificado não impede a empresa de participar de licitação cujo objeto envolva cessão de mão de obra, contudo, é importante salientar que por se tratar de licitação para cessão de mão de obra vedado ao regime do simples nacional, a empresa optante será excluída de tal regime a partir do mês subsequente ao da contratação, seja de forma espontânea quando solicitado pela administração, seja através de exclusão via ofício caso a empresa se negue realizar sua exclusão.**

“(…)

não constitui óbice à participação em licitação pública, pois, consoante destacou a unidade técnica, a Lei Complementar nº 123/2006 não faz qualquer proibição nesse sentido, tampouco a Lei de Licitações”.

(…)

“faça incluir, nos editais, disposição no sentido de que a licitante, optante pelo Simples Nacional, que venha a ser contratada, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II, e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123”. Acórdão n.º 2798/2010-Plenário, TC-025.664/2010-7, rel. Min. José Jorge, 20.10.2010

Nesse sentido, é importante que a licitante esteja ciente que ao participar de licitações, cuja contratação de mão de obra seja vedada ao simples, sua exclusão do regime ocorrerá **a partir do mês subsequente ao da contratação, seja de forma espontânea (quando solicitado via ofício pelo órgão contratante a contratada), seja de forma compulsória (quando oficiado a Receita Federal).**

3. Conclusão

Após análise da proposta, verificou-se que a empresa adotou a planilha modelo disponibilizadas pela IFAM, logo as bases de cálculos da SERGES foram respeitadas inclusive quanto aos itens obrigatórios previstos na convenção coletiva adotada, todos foram incluídos na proposta.

Contudo a proposta apresenta percentuais irrisórios para lucro, custos indiretos, fardamentos e materiais, logo, considerando o item 9.3 do anexo VII-A da IN 05/2017, **itens isolados da planilha com percentuais abaixo do mínimo ou indícios de inexecutabilidade, não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, desde e quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, comprovando que o valor proposto seja o bastante para arcar com todos os custos da contratação, solicite-se a realização de diligência conforme indicado no item 2 desta nota.**

Esta contadoria não encontrou pré-requisitos suficientes para classificação da proposta apresentada, desse modo, somos favoráveis pela DESAPROVAÇÃO da planilha de custos analisada, além da exigência de diligência para os itens com indícios de inexecutabilidade, ficando a cargo da comissão a decisão pela desclassificação da proposta ou a abertura de diligências para a correção da planilha ou a desclassificação da licitante, considerando ser a primeira análise.

Pois embora, itens isolados da planilha com percentuais abaixo do mínimo ou indícios de inexecutabilidade, segundo a anexo VII-A, item 9.3 da IN 05/2017 não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, desde que a proposta possa ser ajustada. Orientamos que caso a empresa não consiga corrigir a proposta e não apresente justificativas técnicas quanto aos valores propostos, sugerimos que a proposta da empresa seja eliminada por ausência de legitimidade dos custos.

Atenciosamente,

Marlena Raquel dos Santos Vasconcelos

Contadora - CRC-AM 15379-O

Núcleo de Contabilidade e Custos – Campus Presidente Figueiredo

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **44.226.854/0001-66**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **UNIT BR PRODUCOES & CONSULTORIA LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 01/01/2023**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

Voltar

Gerar PDF

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 44.226.854/0001-66 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 12/11/2021
NOME EMPRESARIAL UNIT BR PRODUcoes & CONSULTORIA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) UNIT BR PRODUcoes & CONSULTORIA			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 52.50-8-03 - Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo 59.11-1-02 - Produção de filmes para publicidade 59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 59.13-8-00 - Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 69.20-6-02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 73.19-0-04 - Consultoria em publicidade 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários 81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R JOAO RIBEIRO	NÚMERO 55	COMPLEMENTO LOJA	
CEP 22.775-812	BAIRRO/DISTRITO JACAREPAGUA	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO UNITBR@OUTLOOK.COM.BR		TELEFONE (21) 3798-4420	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 12/11/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/08/2023** às **00:12:39** (data e hora de Brasília).Página: **1/1**